MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVI

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2018.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLVI
Edição: Academia das Ciências de Lisboa
Impressão: Gráfica 99
Data de impressão: 2024
ISSN: 0378-116X
Depósito legal: 61370/92
DOI: https://doi.org/00000

Grande Guerra (1914–1918): Memória e consequência

António Silva Ribeiro

É com enorme privilégio e honra que presido à sessão de encerramento do Colóquio "Grande Guerra (1914–1918): Memória e Consequência", onde, nos diversos painéis organizados por um conjunto de ilustres instituições, foi possível lembrar e homenagear todos aqueles que, há cem anos, serviram Portugal com espírito militar, em Moçambique, Angola e França, no Atlântico e no Índico, num dos conflitos mais violentos e dramáticos da História da Humanidade.

Nesse esforço foram diretamente empenhados mais de cem mil homens que, com grande abnegação, espírito de sacrifício e caráter nobre, cumpriram as missões que lhes foram determinadas.

Os militares projetados para os **territórios africanos**, a que se juntaram outros militares europeus das províncias e indígenas, foram empenhados:

- No Sul de Angola, em 1914, destacando-se os combates do Cuangar, de Naulila e da Môngua;
- No Norte de Moçambique, entre 1916 e 1918, com especial relevo para as operações no Rovuma e na então África Oriental Alemã, nomeadamente no Quivambo, em Nevala e Maúta, e, posteriormente, em Negomano, Serra Mecula e Nhamacurra, já em terras de Moçambique.

No **teatro europeu**, para onde foram projetadas as forças do Corpo Expedicionário Português e do Corpo de Artilharia Pesada Independente combateram em França, integrados nas forças britânicas e francesas, respetivamente, destacando-se, neste particular, a Batalha de La Lys, a 9 de abril de 1918, pela sua violência, pelo sacrifício e abnegação das nossas tropas, e pelas trágicas e nefastas consequências para a força expedicionária.

A Grande Guerra surge em período de plena e radical transformação das Forças Armadas, imposta pelos acontecimentos associados à transição para a República. A nova organização e o seu reequipamento foram lentamente postos em prática, ao

ritmo que o agitado período que se seguiu à revolução assim permitia. Foi, nesta fase crítica de reorganização militar, que Portugal se vê envolvido no conflito, o que exigiu um extraordinário esforço de convocação, preparação e projeção de forças para três teatros de operações a milhares de quilómetros da metrópole.

Para o teatro de **França**, Portugal gerou e aprontou o Corpo Expedicionário Português e o Corpo de Artilharia Pesada Independente, num tremendo esforço de organização, equipamento, instrução e projeção, num processo que ficou conhecido pelo "milagre de Tancos". No seu conjunto, estas unidades totalizavam mais de 56.000 militares. Para **Moçambique**, foram preparadas e projetadas quatro forças expedicionárias, num total aproximado de 19.500 militares, que se juntaram a cerca de 11.000 tropas europeias da província e indígenas, num total de 30.000 efetivos. Por fim, para o teatro de **Angola**, foram organizadas duas expedições, num total de cerca de 12.000 militares, que se juntaram a um número aproximado de 11.000 tropas locais, indígenas e europeias da província.

A **Marinha** teve, de igual forma, uma atuação de relevo no conflito, de onde se destaca o seu papel fulcral na projeção das forças expedicionárias, principalmente na proteção dos comboios navais organizados, assim como da costa e das águas territoriais, tanto no Atlântico como no Índico. Participou, igualmente, com forças terrestres, de que é exemplo o Batalhão Expedicionário de Marinha, que combateu com galhardia ao lado das tropas do Exército, no combate da Môngua, em Angola, e as unidades organizadas com vista à proteção dos portos navais nacionais, designadamente em Moçambique.

Digna de nota, ainda, a constituição de **destacamentos aéreos**, para emprego nos teatros de Moçambique e Angola, que, apesar de não terem entrado em operações, configuraram um extraordinário esforço de projeção do instrumento militar aéreo a longas distâncias. Destaca-se, ainda, a tentativa de organização de um Grupo Aéreo, para apoiar o Corpo Expedicionário Português em França, que não chegou a receber as respetivas aeronaves, mas de que resultou o empenhamento dos pilotos portugueses em esquadrilhas francesas, que conheceram o combate nos céus de França.

Em África, cerca de vinte mil **tropas indígenas** integraram as forças militares que combateram em Angola e Moçambique. A sua participação revelou-se de extraordinária importância, pela capacidade de garantir efetivos que, dificilmente, poderiam ser preparados e projetados a partir da metrópole em tempo oportuno e com o treino adequado ao seu emprego em operações. Mas foi, acima

de tudo, a sua normal adaptação às condições climatéricas dos teatros de Angola e Moçambique, que permitiram um desempenho em operações mais eficiente que a generalidade das tropas oriundas da metrópole, no que respeita à resistência à fadiga e às doenças, assim como à prontidão para o combate.

Servir a Pátria foi o ideal que regulou a expressão das aspirações dos militares portugueses e a materialização das suas vontades, na definição dos seus anseios, na força que os impeliu e nos estímulos e esperança que os manteve fiéis ao cumprimento do dever no mar, em terra ou no ar.

Sem o ideal de servir a Pátria, nenhum militar compreende a razão de ser da sua função social. Poderá mesmo dizer-se que, na sua ausência, nenhum homem consegue ser militar, pois isso implica servir todos e cada um dos seus concidadãos, executando as suas missões, quaisquer que sejam as dificuldades.

Nesse contexto, os militares portugueses combateram, em **Angola** e **Moçambique**, em condições de dureza e carências extremas, desde logo fruto da dificuldade de projeção das forças expedicionárias a partir da metrópole e do terreno inóspito, do exigente clima e das deficientes condições sanitárias. Enfrentaram, nestes teatros, dificuldades tremendas, sofrendo as agruras de uma longa e dura viagem, em meios navais com condições precárias de alojamento, com fardamentos e materiais desadequados às exigentes condições climatéricas e à natureza da missão, e enfrentando condições de salubridade extremamente precárias. Estas características marcantes das campanhas de África, resultaram numa degradação prematura e em larga escala do estado de saúde dos militares, com impacto tremendo na operacionalidade das forças, tanto expedicionárias como indígenas, que exigiram elevada dedicação, disciplina, abnegação, camaradagem e coragem por parte dos militares no cumprimento da sua missão.

O **teatro europeu** revelou-se, de igual forma, extremamente duro e exigente. Se bem que as condições climatéricas se apresentassem distintas das dos trópicos africanos, as precárias condições de vida nas trincheiras revelaram-se um autêntico calvário para os nossos militares. As deficientes condições de salubridade, resultantes das pragas de ratos e insetos, as impróprias condições de habitabilidade, a escassez de água potável e a dificuldade do seu adequado armazenamento, as exigentes condições climatéricas ao longo do ano, com os soldados expostos a chuvas torrenciais, neve, frio, sol e calor extremos, ilustram bem as dificuldades sentidas pelo soldado português. Nestas condições, já de si suficientemente

penosas, a constante submissão aos pesados bombardeamentos de artilharia, às incursões das tropas inimigas e aos horrendos ataques com armas químicas, fazem do teatro europeu, na Flandres, um dos mais marcantes episódios da nossa história militar, onde, independentemente do seu desfecho, ficaram inegável e claramente provados o valor, a coragem e a abnegação do soldado português.

O serviço à Pátria exige que o militar, no cumprimento do dever, revele espírito militar. Isto é, patenteie um conjunto de valores estruturados sobre a disciplina, a lealdade e a coragem. Sobre os quais importa referir no âmbito das comemorações em curso e do momento em particular que vive a Instituição Militar.

A **disciplina** é traduzida por:
Vontade de aprender com os exemplos fortes e honrados;
Acostumarmos os homens à aspereza da vida militar;
Cumprir as ordens dos superiores hierárquicos aceitando a sua autoridade;
Respeitar a lei, a ordem e os costumes da sociedade onde vive;
Ter orgulho na sua farda e condição;
Condecorar o valente, e excluir o covarde e o oportunista;
Premiar a dedicação, punir a indolência e fustigar a indignidade.

Melhor exemplo de disciplina não há, do que o que nos é dado pelo Soldado português na Flandres. Sujeito às mais precárias e duras condições da vida nas trincheiras, mal alimentado, mal equipado e pior protegido das intempéries, vivendo e combatendo na lama, no pó e no sangue, permanentemente bombardeado pela artilharia inimiga e fustigado pelas ásperas condições meteorológicas, o Soldado português manteve-se disciplinado na conduta e constante na abnegação, virtudes amplamente reconhecidas por aliados e inimigos, assim como pela população das terras onde combateu, cujos costumes e vivências soube respeitar, nos raros momentos longe da terra de ninguém.

Destaca-se, igualmente, a disciplina do soldado indígena, personificado no militar moçambicano. Nas palavras de Simões Alberto, combatente português da Grande Guerra em Moçambique, aquele demonstrava sobriedade inconcebível, abnegação e disciplina ímpares, nas marchas para o perigo, descalço, de pernas nuas, sem nunca se queixar da fadiga nem esmorecendo no seu esforço. Soldado firme, leal e reservado, o Moçambicano, fosse ele macua, namarral ou

landim, era exemplo de disciplina, bem patente na forma como combateu em Moçambique e Angola, e que muito honrou a Pátria portuguesa.

Já a **lealdade** é evidenciada por:
Sacrificar os interesses pessoais aos objetivos coletivos;
Ser verdadeiro;
Nunca esquecer o juramento feito à Pátria.

A história militar portuguesa, nomeadamente da Grande Guerra, é profícua em exemplos de lealdade, como a demonstrada pelo Sargento de Infantaria 14, Aloísio Bento da Silva, que, no combate de Quivambo, no norte de Moçambique, em 8 de novembro de 1916, arriscando intrepidamente a sua vida, se deslocou à frente da linha de fogo, para buscar o Alferes de Cavalaria Monteiro Leite, que ali se encontrava gravemente ferido, dando provas de suprema lealdade, notável dedicação e camaradagem para com o seu superior hierárquico, feito pelo qual viria a ser agraciado com a medalha de Valor Militar.

Ou ainda o exemplo do Capitão Francisco Curado, a quem os seus companheiros apelidavam de "Condestável do Rovuma", que se distinguiu pela sua bravura e energia indomável na defesa da Serra Mecula. Feito prisioneiro pelo inimigo, no seguimento de duros e ferozes combates, onde, com um punhado de homens, nas palavras do General Ferreira Martins, travou o "mais formidável e encarniçado duelo que as tropas portuguesas sustentaram com as valorosas tropas alemãs no Niassa", recusou, liminarmente, a proposta de lhe ser concedida a liberdade, sob compromisso de honra de não voltar a combater naquela guerra. Revelou, com a sua atitude, elevada honra e inabalável lealdade à pátria, não esquecendo o juramento que prestou à mesma, servindo de exemplo maior aos subordinados que, com ele, se sujeitaram ao destino que o inimigo lhes quisesse dar. Tão digna atitude, calou certamente bem fundo nos comandantes inimigos, que lhes concederam, sem condições, a liberdade, em reconhecimento da sua honra e inquebrantável lealdade à sua pátria.

Por fim, a **coragem** é evidenciada por:
Decisão com oportunidade e clareza;
Enfrentar com ânimo os perigos, impedindo a propagação do desânimo entre subordinados;

Manter o equilíbrio emocional;

Firmeza na defesa das suas convicções;

Rejeitar aqueles que não aceitam os padrões comportamentais das Forças Armadas.

Se, de todas as virtudes militares, encontramos belos exemplos na atuação do Soldado português na Grande Guerra, poder-se-á dizer que, da coragem, chegaram até nós dos mais vibrantes e comoventes episódios, como o do 2.º Sargento Américo Ferreira Pelotas, do Batalhão de Infantaria 13, que, em 9 de abril de 1918, tendo perdido todos os seus homens na execução de uma patrulha, num ato de coragem, arremessou contra a patrulha inimiga que o cercou, matando à baioneta três soldados inimigos, antes de cair morto também. Promovido por distinção a 1.º Sargento e condecorado com a Cruz de Guerra, com Palma, recebeu-a seu pai, militar reformado, diante de todo o regimento em Vila Real, sem conseguir conter a comoção.

Exemplo igualmente extraordinário de subida coragem, é o do 1.º Tenente Carvalho Araújo e da sua tripulação, do Caça-Minas Augusto Castilho, em defesa do navio mercante S. Miguel contra a ação de um submarino alemão, em que se bateram, corajosa e valorosamente, para proteger a sua retirada. Com armamento impossível de competir com o do submarino inimigo, lutando até esgotar as suas munições, o Augusto Castilho defendeu, com sucesso, o navio mercante que escoltava, pagando o seu comandante e muitos marinheiros o supremo sacrifício exigido a um militar. Melhor relato da coragem e valor dos marinheiros portugueses não podia haver, que o do comandante do submarino inimigo, que assim descreveu a ação do navio português: "(…) A canhoneira atacou-nos. Era uma antiquada e mísera canhoneira, sem peças capazes de competirem com as nossas (…). Eu nunca vi uma luta mais valente do que a sustentada por aquele velho calhambeque. Os portugueses combatiam como diabos, atirando granadas umas atrás das outras, dumas peças de brincar, enquanto nós os varríamos de popa à proa. Quatorze dos quarenta homens da guarnição jaziam mortos no convés, e a maior parte dos restantes encontravam-se feridos antes que o barco se rendesse". Pereceu assim o 1.º Tenente Carvalho Araújo, valoroso comandante do Augusto Castilho, com muitos dos seus marinheiros, não antes de permitirem a fuga do S. Miguel, que lhes cumpria proteger, numa das mais belas demonstrações de coragem e valor da nossa história militar.

Ilustres Académicos
Minhas Senhoras e meus Senhores

Morreram, ao serviço da Pátria, em combate ou por doença, em terra, no mar e no ar, em África e na Europa, no Atlântico e no Índico, mais de 7500 militares. A estes, juntam-se outros tantos feridos e incapacitados e quase 7000 prisioneiros. Trágica expressão da afirmação da soberania nacional e da dedicação e valor das Forças Armadas Portuguesas, cumpre-nos, hoje e aqui, perenizar a sua lealdade e patriotismo e evocar a nobreza da sua abnegação e generosidade, nunca deixando que o tempo as apague da nossa memória coletiva.

Termino, homenageando o soldado desconhecido, símbolo perene dos nossos heróis da Primeira Guerra Mundial. Isto é, de todos aqueles que colocaram, acima de si mesmo, dos seus interesses particulares, os do seu país e, desta forma, libertaram-se da lei da morte.

Lembro-os, pelos seus comportamentos virtuosos, tendo consciência que, como na pátria de gentes heroicas não há distinção de funções, os heróis militares portugueses são todos aqueles que servem de modelo para renovar e alimentar as nossas forças para a ação ao serviço de Portugal.

(Comunicação apresentada no colóquio a grande guerra (1914–1918): memória e consequência na sessão de 8 de novembro de 2018)